



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 Secretaria Executiva
 Secretaria de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa
 Diretoria de Administração
 Coordenação-Geral de Suporte Logístico
 Coordenação de Infraestrutura

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação eventual de veículos (transporte de servidores em serviço), com fornecimento de motorista devidamente habilitado, combustível e seguro total, para atender as necessidades do Ministério do Desenvolvimento Regional nos serviços de suporte às atividades de sua sede em Brasília/DF, no âmbito da Região Nordeste, de forma continuada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE CONTRATO	DIÁRIAS ESTIMADAS MENSAL	PERNOITES ESTIMADAS MENSAL	QUILOMETRAGEM ESTIMADA MENSAL	VALOR MÁXIMO ANUAL
1	1	25089	Veículo tipo comum, com motorista habilitado, combustível e seguro total	Diárias + Pernoites + km rodados, por demanda (locação eventual)	30	30	9.000	R\$ 496.437,81
	2		Veículo tipo Executivo, com motorista habilitado, combustível e seguro total	Diárias + Pernoites + km rodados, por demanda (locação eventual)	2	2	600	R\$ 38.978,75
	3		Veículo tipo Utilitário 4x4, com motorista habilitado, combustível e seguro total	Diárias + Pernoites + km rodados, por demanda (locação eventual)	50	50	15.000	R\$ 1.244.367,49
	4		Veículo tipo Van, com motorista habilitado, combustível e seguro total	Diárias + Pernoites + km rodados, por demanda (locação eventual)	2	2	600	R\$ 57.551,31
	TOTAL ANUAL ESTIMADO - MDR SEDE / REGIÃO NORDESTE							

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.1.1. serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- 5.1.2. requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

VEÍCULOS LOCADOS EM CARÁTER EVENTUAL/DEMANDA (SISTEMA DE DIÁRIAS, PERNOITES E KM RODADOS)		
REGIÃO	TIPO DE VEÍCULO	CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO
<u>NORDESTE</u>	Veículo tipo comum, com motorista devidamente habilitado, combustível e seguro total *	Veículo do tipo comum, de 04 portas, no mínimo 1.000 cilindradas, com ar condicionado, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, capacidade para 05 passageiros, incluído o motorista, dotado de todos os equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pela legislação brasileira de trânsito vigente, para a categoria.
	Veículo tipo Executivo, com motorista devidamente habilitado, combustível e seguro total *	Veículo tipo sedã, 04 portas, 1.800 cilindradas (ou a partir de 1.200 cilindradas TURBO), com no máximo 03 (três) anos de fabricação, capacidade para 05 passageiros, incluído o motorista, vidros elétricos, ar condicionado e dotado de todos os equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pela legislação brasileira de trânsito vigente, para a categoria.
	Veículo tipo Utilitário 4x4, com motorista devidamente habilitado, combustível e seguro total	Veículo tipo caminhonete cabine dupla ou SUV, com tração 4x4, combustível diesel, de 4 portas, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, capacidade para 05 passageiros, incluído o motorista, com ar condicionado e com todos os equipamentos/assessórios de segurança e sinalização exigidos pela legislação brasileira de trânsito, para a categoria.
	Veículo tipo Van, com motorista devidamente habilitado, combustível e seguro total	Veículo para transporte de, no mínimo, 14 passageiros, com, no máximo, 05 (cinco) anos de fabricação, com ar-condicionado, motor acima de 2.000 cilindradas, e dotado de todos os equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pela legislação brasileira de trânsito vigente, para a categoria.

- 5.1.3. A duração inicial do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 5.1.4. Dadas as características da pretensa contratação, não se aplica neste caso concreto os quesitos de eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, bem como, quadro com soluções de mercado.
- 5.1.5. Os itens foram agrupados em GRUPO único, dividido em quatro ITENS, o que proporcionará um ganho de escala, por permitir ao fornecedor detentor do melhor lance ofertar preços bem vantajosos para a Administração Pública na presente contratação. O grupo, nos moldes em que se encontra, permite à Administração Pública uma maior economia com o ganho de escala, haja vista que os licitantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade e ampliando a participação.
- 5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.
- 5.3. A quantidade estimada de diárias, pernoites e de quilômetros, assim como as características dos veículos a serem disponibilizados estão descritos neste Termo de Referência.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.
- 6.2. A empresa contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, considerando ainda:

- 6.3. A pessoa jurídica contratada para a prestação dos serviços deverá pautar-se em boas práticas de sustentabilidade, além de adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.
- 6.4. Aplicação das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;
- 6.5. Adquirir materiais que tenham sido produzidos observando os critérios de sustentabilidade ao meio ambiente, de conformidade com o DECRETO Nº 7.746, DE 5 DE JUNHO DE 2012 da Presidência da República, dando preferência para aqueles fabricados com materiais recicláveis.
- 6.6. Manter a regulação do veículo automotor, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.
- 6.7. Manter o veículo automotor de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possa resultar em níveis de emissão sonora superior aos dos padrões aceitáveis nos termos da legislação regente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo.
- 6.8. Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.
- 6.9. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata.
- 6.10. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA nº 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 7.1. Não se aplica.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 8.1.1. Prestação dos serviços eventuais (MDR SEDE / Região Nordeste):

8.1.2. Os serviços eventuais compreendem o atendimento às demandas com frequência irregular, por demanda, para deslocamento de autoridades, servidores e colaboradores do MDR, para executar atividades administrativas ou finalísticas (inspeção, fiscalização, auditoria, reuniões, entre outras) esporádicas, excepcionais ou ainda, em unidades do MDR que não justifiquem a manutenção de veículo dedicado, em itinerário a ser definido pelo MDR.

8.1.3. O objeto da contratação consiste em serviço comum, de simples execução, não sendo considerado serviço de grande vulto nem de alta complexidade técnica, o que poderia justificar a necessidade de organização de empresas em consórcio. Assim, a participação de empresas em consórcio não será permitida nesta contratação.

8.1.4. O pagamento das diárias utilizadas será conforme cotação proposta pela CONTRATADA, aceita pela CONTRATANTE e segundo o tipo de veículo utilizado:

8.1.5. Diária correspondente a um período corrido de 24 (vinte e quatro) horas, sem limite de quilometragem, devendo ser informado o total de quilômetros efetivamente rodados;

8.1.6. A diária não englobará o período do deslocamento do veículo até o ponto de embarque do usuário;

8.1.7. Deverá haver uma tolerância de até 30 (trinta) minutos, após o supracitado período corrido de 24 (vinte e quatro) horas, sem que haja a cobrança de nova diária.

8.1.8. Exclusivamente nos casos em que houver viagens entre Municípios ou entre Estados, implicando a necessidade de pernoite do motorista fora da localidade de início da prestação do serviço, será devido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, no momento do pagamento da fatura/nota fiscal, o total proporcional ao exato valor unitário do pernoite indicado na cotação proposta pela licitante;

8.1.9. Assim, na realização de viagens municipais e interestaduais com motorista, a CONTRATADA se responsabilizará pelo pagamento prévio de pernoites ao motorista.

8.1.10. Não será devido o referido pagamento ao motorista quando houver pernoite na cidade em que se iniciou o itinerário.

8.1.11. O valor do pernoite deverá cobrir as despesas do motorista com hospedagem decorrente da necessidade de pernoite, sendo vedado ao motorista dormir (pernoitar) no interior do veículo;

8.1.12. O valor do pernoite deverá ser o mesmo para os motoristas de todas as categorias de veículos;

8.1.13. O motorista deverá portar numerário suficiente para arcar com tais despesas.

8.1.14. O comprovante de repasse (recibo assinado pelo motorista ou comprovante de depósito em conta corrente do motorista) do valor dos pernoites, ao motorista, deverá ser enviado ao Fiscal Administrativo da contratante, juntamente com a Fatura/Nota Fiscal e demais documentos necessários à instrução do respectivo processo de pagamento.

8.1.15. Caso tais comprovantes não sejam apresentados, a contratada não perceberá o valor dos pernoites, quando da quitação da sua nota fiscal/fatura mensal.

8.1.16. Nas requisições para serviços eventuais que tiverem como destino final Município/Estado diverso daquele no qual as mesmas foram originadas, o menor trecho de retorno percorrido sem o servidor será considerado para pagamento da quilometragem efetivamente rodada (km de retorno) e dos respectivos pedágios, caso existam, desde que esteja claro no Boletim de Tráfego apresentado pelo servidor que o último local da

prestação dos serviços é diferente do local de início da utilização do veículo ou, no caso de essa informação não estiver clara no referido Boletim de Tráfego, o servidor usuário do serviço declarar por escrito (e-mail, despacho, etc.) que os serviços efetivamente se encerraram em local diverso de onde foram iniciados.

8.1.17. Para efeito de cálculo da distância do percurso do trajeto cumprido sem transporte de servidor ou colaborador do MDR, poderão ser utilizadas as informações obtidas no Google Maps (maps.google.com.br) ou em guia rodoviário de grande circulação. Nesses casos, será considerada a menor quilometragem apresentada na pesquisa;

8.1.18. A distância a ser considerada é de cidade para cidade;

8.1.19. Somente serão pagas as despesas com pedágios que estiverem localizados na rota especificada neste item.

8.1.20. Os gastos com pedágio serão pagos pela CONTRATADA e posteriormente ressarcidos pela CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA apresente tais valores no faturamento devidamente discriminados e os comprovantes de despesas comprobatórios (recibos/canhotos de pagamento, relatórios comprobatórios de pagamentos de pedágios, etc.) anexados à nota fiscal. Dessa forma, os valores dos pedágios não deverão compor o valor total da Nota Fiscal. Os comprovantes de pagamento de pedágio apresentados à contratante, para fins de ressarcimento, devem conter preferencialmente a placa do veículo que foi objeto do pagamento do pedágio.

8.2. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do contrato, na forma que se segue:

8.2.1. A empresa contratada deverá executar os serviços de forma eficiente e eficaz, com controle efetivo de custos com gestão dos serviços por parte da Coordenação Geral de Suporte Logístico - CGSL.

8.2.2. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às normas e códigos aplicáveis ao tipo de serviço, considerando como elemento base para quaisquer serviços ou fornecimentos de materiais e equipamentos as especificações da ABNT, no que couber.

8.2.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos e/ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários a prestação dos serviços, definidos neste TR.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

GRUPO	UNIDADE DO MDR / REGIÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	SERVIÇO	TIPO DE CONTRATO	TIPOS DE VEÍCULO	DIÁRIAS ESTIMADAS MENSAL	PERNOITES ESTIMADAS MENSAL	QUILOMETRAGEM ESTIMADA MENSAL	CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO
1	MDR SEDE / REGIÃO NORDESTE	Locação eventual de veículos de pequeno, médio e grande porte, com fornecimento de motorista devidamente habilitado, combustível e seguro total	Diárias + Pernoites + km rodados, por demanda (locação eventual)	Comum	30	30	9.000	Veículo do tipo comum, de 04 portas, no mínimo 1.000 cilindradas, com ar condicionado, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, capacidade para 05 passageiros, incluído o motorista, dotado de todos os equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pela legislação brasileira de trânsito vigente, para a categoria.
				Executivo	2	2	600	Veículo tipo sedã, 04 portas, 1.800 cilindradas (ou a partir de 1.200 cilindradas TURBO), com no máximo 03 (três) anos de fabricação, capacidade para 05 passageiros, incluído o motorista, vidros elétricos, ar condicionado e dotado de todos os equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pela legislação brasileira de trânsito vigente, para a categoria.
				Utilitário 4x4	50	50	15.000	Veículo tipo caminhonete cabine dupla ou SUV, com tração 4x4, combustível diesel, de 4 portas, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, capacidade para 05 passageiros, incluído o motorista, com ar condicionado e com todos os equipamentos e acessórios de segurança e sinalização exigidos pela legislação brasileira de trânsito, para a categoria.
				Van	2	2	600	Veículo para transporte de, no mínimo, 14 passageiros, com, no máximo, 05 (cinco) anos de fabricação, com ar-condicionado, motor acima de 2.000 cilindradas, e dotado de todos os equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pela legislação brasileira de trânsito vigente, para a categoria.

10.2. Categorias e subcategorias de veículos:

10.2.1. Os veículos serão classificados, para fins de utilização na execução dos serviços, conforme disposto no Anexo I.

10.3. Características gerais dos veículos:

10.3.1. Do fornecimento de combustível, lubrificante, manutenção e assistência técnica:

- 10.3.2. A CONTRATADA responsabilizar-se-á, sem nenhum ônus adicional para o MDR, pelo fornecimento de combustíveis, troca de óleo/lubrificantes, filtros e demais suprimentos, manutenção preventiva e/ou corretiva e assistência técnica (peças e mão-de-obra) dos veículos, os quais deverão estar sempre em perfeitas condições de conservação, segurança e limpeza;
- 10.3.3. Os veículos deverão ser movidos a combustíveis renováveis, conforme a Lei nº 9.660/98, de 16 de junho de 1998, ou bicomcombustível, (flex - álcool ou gasolina), conforme disponibilizado no mercado, inclusive combustível diesel para os veículos Utilitários 4x4 e tipo VAN;
- 10.3.4. Os veículos deverão ser disponibilizados com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima;
- 10.3.5. A CONTRATADA deverá fornecer telefone de contato, com acesso 24 horas, para assistir aos motoristas e/ou servidores em situações emergenciais;
- 10.3.6. Na ocorrência de fatos que afetem a segurança dos serviços prestados, a CONTRATADA deverá substituir os veículos disponibilizados, no prazo máximo de até 03 (três) horas;
- 10.3.7. Na ocorrência de imprevistos com os motoristas dos veículos, a CONTRATADA deverá substituí-los no prazo máximo de até 03 (três) horas;
- 10.3.8. A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos decorrentes de acidentes e avarias, incluído danos aos passageiros (que estejam sendo transportados pelos veículos) e a terceiros de toda sorte, sejam eles corporais ou materiais, em consequência de acidente;
- 10.3.9. A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade pelos serviços prestados, desobrigando o MDR de qualquer ônus, encargos, deveres e responsabilidade por defeitos, vícios aparentes ou ocultos, ou funcionamento insatisfatório dos aludidos bens.
- 10.3.10. A CONTRATADA se encarregará da seleção e treinamento dos motoristas necessários à prestação dos serviços os quais não terão nenhum vínculo empregatício com o Ministério do Desenvolvimento Regional, devendo possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria do veículo utilizado;
- 10.3.11. O condutor utilizado na prestação dos serviços caracteriza força de trabalho acessória ao contrato de locação eventual de veículos, portanto, em nada deve ser comparada com terceirização de serviços de mão-de-obra, razão pela qual todas as adequações de escalas, horas excepcionais, horas de repouso e eventuais revezamentos devem ser previstos pela empresa em sua proposta de preços, sem que isso possa vir a refletir qualitativamente, quantitativamente ou economicamente no contato;
- 10.3.11.1. O motorista responsável pela condução do veículo deverá apresentar ao passageiro, no momento do embarque, o Boletim Diário de Tráfego, demonstrando a quilometragem inicial da viagem. No término do serviço/dia, deverá demonstrar a quilometragem final e o itinerário percorrido, solicitando a assinatura do usuário no referido documento;
- 10.3.11.2. A inexistência de Boletim Diário de Tráfego do veículo devidamente preenchido induz à falta de comprovação do serviço prestado, não podendo ser computado para cálculo de franquia nem para pagamento de fatura;
- 10.3.12. Os motoristas ainda deverão:
- 10.3.12.1. Ter boa educação no trato com as pessoas, cordialidade, paciência, boa higiene, discrição e capacidade de comunicar-se e de entender as orientações e solicitações feitas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional;
- 10.3.12.2. Atender com presteza às requisições de execução dos serviços objeto do respectivo contrato;
- 10.3.12.3. Evitar o atendimento informal de requisições de veículos efetuadas diretamente por servidores através de mensagens de whatsapp, contatos telefônicos, etc. Isto posto que as requisições de veículos devem necessariamente serem formalizadas à empresa contratada pelo(a) representante designado da contratante.
- 10.3.12.4. Não abordar os passageiros para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto, nos dois últimos casos, se os passageiros forem servidores responsáveis pela gestão e/ou fiscalização do contrato;
- 10.3.12.5. Ter conhecimento das condições de tráfego e das vias públicas da região onde serão prestados os serviços;
- 10.3.12.6. Cumprir rigorosamente as leis de trânsito;
- 10.3.12.7. Zelar pela segurança dos passageiros e materiais transportados;
- 10.3.12.8. Zelar pela integridade e segurança dos documentos pertinentes ao veículo sob sua responsabilidade;
- 10.3.12.9. Respeitar os limites de velocidade das vias públicas e demais normas de trânsito;
- 10.3.12.10. Solicitar ao usuário a assinatura do Boletim Diário de Tráfego;
- 10.3.12.11. Solicitar a utilização do cinto de segurança de todos os passageiros;
- 10.3.12.12. Não ingerir bebidas alcoólicas ou substâncias entorpecentes, quando em serviço;
- 10.3.12.13. Manter o veículo a serviço da CONTRATANTE sempre em perfeitas condições de limpeza e asseio;
- 10.3.12.14. Escolher sempre o melhor trajeto, evitando congestionamentos, observando as normas de trânsito;
- 10.3.12.15. Manter-se atento quando estacionado, evitando dormir ou distrair-se;
- 10.3.12.16. Estacionar os veículos sempre em locais permitidos e iluminados;

- 10.3.12.17. Nunca parar os veículos por solicitação de estranhos;
- 10.3.12.18. Redobrar a atenção em dias chuvosos;
- 10.3.12.19. Respeitar os semáforos, passagens de pedestres, barreiras eletrônicas, proximidades de escolas e hospitais e todos os outros locais que necessitem de maior atenção para o cumprimento das normas de trânsito;
- 10.3.12.20. Preencher o Boletim Diário de Tráfego de forma legível, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devendo, ao encerramento de cada atendimento, ser assinada pelos representantes das partes;
- 10.3.12.21. Não ligar rádio e ar condicionado sem a concordância dos passageiros;
- 10.3.12.22. Pernoitar, quando for o caso, em estabelecimento próprio para hospedagem, sendo vedado ao motorista dormir (pernoitar) no interior do veículo;
- 10.3.12.23. Atentar-se para a expressa proibição quanto ao uso de cigarros, charutos e cachimbos dentro do veículo, bem como quanto à ingestão ou ao transporte de bebidas alcoólicas, quando em serviço.
- 10.4. Requisições de veículos:
 - 10.4.1. Os veículos serão requisitados pela contratante à contratada com antecedência mínima de:
 - 10.4.1.1. 12 (doze) horas para capitais e regiões metropolitanas;
 - 10.4.1.2. 24 (vinte e quatro) horas para demais localidades.
 - 10.4.2. **Em casos excepcionais, os serviços poderão ser requisitados intempestivamente, 24 (horas horas) / 7 (sete) dias por semana, com antecedência mínima inferior aos prazos citados acima;**
 - 10.4.3. A requisição padrão de serviços será encaminhada à CONTRATADA, por meio eletrônico, salvo situação adversa, de acordo com os prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
 - 10.4.3.1. O modelo de requisição padrão será definida pela CONTRATANTE, sendo que atualmente é realizada por meio do Sistema Eletrônico de Informação (SEI);
 - 10.4.3.2. Em casos de requisições intempestivas, as mesmas poderão ser feitas por outro meio que não o eletrônico, ficando condicionado o envio posterior de requisição padrão por meio eletrônico.
 - 10.4.4. Para cada diária não contínua requisitada, deverá ser emitida uma requisição. Porém, caso o veículo seja utilizado continuamente por mais de uma diária, poderá ser emitida uma única requisição para esse serviço;
 - 10.4.5. Não poderá ser iniciada a prestação do serviço sem a devida requisição e apresentação dos documentos do veículo e do motorista, salvo nos casos de extrema necessidade e no interesse da Administração, tampouco sem o conhecimento da fiscalização técnica;
 - 10.4.6. Não serão consideradas requisições de transporte rasuradas, ilegíveis e/ou com campo em branco;
 - 10.4.7. O Ministério do Desenvolvimento Regional fornecerá à CONTRATADA Requisição de Serviço Eventual com os dados do(s) usuário(s) do serviço, período estimado de utilização do veículo, informações relativas a eventuais pernoites e quilometragem estimada, bem como o itinerário, para fins de controle da execução dos serviços.
 - 10.4.8. A CONTRATADA deverá responder à Requisição de Serviço, apresentando obrigatoriamente à Fiscalização Técnica do contrato os seguintes documentos: cópias do CRLV e da CNH e as informações abaixo:
 - 10.4.8.1. Marca/Modelo do veículo a ser utilizado;
 - 10.4.8.2. Ano de fabricação do veículo;
 - 10.4.8.3. Placa do veículo;
 - 10.4.8.4. Nome do motorista;
 - 10.4.8.5. Telefone do motorista;
 - 10.4.8.6. Poderá ser solicitado ainda pela fiscalização técnica a cópia das apólices dos seguros dos veículos. A comprovação da cobertura total de seguros dos veículos deverá ser apresentada pela empresa sempre que for solicitada por meio da fiscalização técnica do contrato. A verificação dos seguros dos veículos será feita de maneira periódica e/ou amostral pela fiscalização técnica.
 - 10.4.9. O Boletim Diário de Tráfego é o documento comprobatório da realização do serviço, preenchido e assinado por ambas as partes (motorista e usuário - cada parte deverá ter uma via desse documento), sendo que, posteriormente, será conferido e atestado pelas fiscalizações técnica e administrativa do contrato. A cópia do Boletim Diário de Tráfego do servidor deverá ser enviada ao fiscal técnico do Contrato após o retorno da viagem;
 - 10.4.10. A CONTRATADA deverá manter uma via do Boletim Diário de Tráfego, devidamente preenchida e assinada, a fim de encaminhá-la juntamente com a Nota Fiscal, no início de cada mês, à fiscalização administrativa da CONTRATANTE, como forma de comprovar os serviços cobrados;
 - 10.4.11. A diária iniciar-se-á a partir do horário de atendimento combinado na requisição e será finalizada no último desembarque do dia, ou se for o caso, no término do expediente do usuário, ainda que se trate de viagem com pernoite;
 - 10.4.11.1. Para fins de cálculos da diária, caso ocorra atraso por parte do servidor, por motivos alheios a sua vontade, como por exemplo atraso de um voo, a diária iniciar-se-á somente no ato do embarque do usuário;
 - 10.4.12. Caso o veículo não se apresente no horário de atendimento combinado na requisição, a contagem da diária terá início no momento do embarque do usuário;
 - 10.4.13. Para fins de cálculo do quilômetro efetivamente rodado, salvo a situação descrita no item 7.1.16, a contagem da quilometragem em cada diária, iniciar-se-á somente no ato do embarque do usuário e encerrar-se-á no ato do desembarque;

- 10.4.14. Os serviços requisitados poderão ser cancelados, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, **desde que seja obedecida a antecedência mínima de 02 (duas) horas para o início do atendimento;**
- 10.4.15. No caso de não haver a utilização do veículo e não for solicitado o cancelamento no período definido no item anterior, será cobrado 50% do valor da diária requisitada;
- 10.4.16. Nos casos em que a devolução do veículo ocorrer antes do dia/hora previstos na requisição, serão pagas as diárias e pernoites efetivamente utilizados.
- 10.5. A Planilha de Custos/Formação de Preços e o Mapa Estimativo de Preços servirão para demonstrar possíveis variações de custos no curso da execução do contrato e deverão ser utilizadas como base em eventuais repactuações ou revisões de preços;
- 10.6. A inobservância das orientações quanto ao correto preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços resultará na desclassificação da proposta;
- 10.7. A CONTRATANTE poderá realizar diligências junto à licitante classificada em primeiro lugar, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais informados na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta;
- 10.8. A inobservância do prazo fixado pela CONTRATANTE para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta;
- 10.9. Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências nas planilhas apresentadas, durante a análise da aceitação da proposta, a CONTRATANTE poderá determinar à licitante vencedora, mediante diligência, a promoção de ajustes nessas planilhas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto;
- 10.10. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA assegurar a ininterrupta disponibilidade dos serviços à CONTRATANTE;
- 10.11. A LICITANTE vencedora deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos e valores de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57, da Lei n.º 8.666, de 1993;
- 10.12. O disposto acima se aplica, inclusive, nos casos de equívoco afeto à fixação dos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;
- 10.13. Caso se verifique que a proposta apresentada contém eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos e valores que favoreça a LICITANTE vencedora, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual;
- 10.14. Conforme Súmula n.º 254 do TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL não podem ser repassados para a CONTRATANTE, pois são tributos de natureza direta e pessoalística, que oneram diretamente a CONTRATADA;
- 10.15. Os preços unitários estabelecidos para a prestação dos serviços, desde que observado o interregno mínimo de um ano, da data da cotação dos preços de mercado pela contratante, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, serão reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na seguinte fórmula:
- $$R = [(I - I_0) \times P] / I_0$$
- Em que:
- Para o primeiro reajuste:**
R = reajuste procurado.
I = índice relativo ao mês do reajuste.
I₀ = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta.
P = preço atual dos serviços.
- Para os reajustes subsequentes:**
R = reajuste procurado.
I = índice relativo ao mês do novo reajuste.
I₀ = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado.
P = preço do serviço atualizado até o último reajuste efetuado.
- 10.16. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 10.17. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente;
- 10.18. O órgão contratante deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 05/2017;
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.
- 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratada, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções cíveis e penais cabíveis.
- 12.23. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 12.24. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração Pública;
- 12.25. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição de empregados, no prazo fixado pela fiscalização técnica do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.26. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.27. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 12.28. Fornecer, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes de regularidade documental ou esclarecimentos necessários, no caso de eventuais pendências e/ou inadimplências;
- 12.28.1. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.29. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
- 12.30. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados, controlando e coordenando a execução dos serviços contratados;
- 12.31. Promover treinamento e reciclagem dos empregados que prestam serviços ao Ministério do Desenvolvimento Regional, de acordo com as necessidades do serviço e sempre que o fiscal técnico do contrato entender conveniente à adequada execução dos serviços contratados;
- 12.32. Tratar e negociar todo e qualquer assunto relativo à execução do contrato somente com a equipe de fiscalização do Contrato, sem que haja ingerência de terceiros não credenciados para este fim;
- 12.33. Notificar a CONTRATANTE, por escrito, de todas as ocorrências que possam vir a embarçar os serviços contratados;
- 12.34. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, observando as prescrições contidas na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e alterações posteriores e suas regulamentações, inclusive os dispositivos legais que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la;
- 12.35. Disponibilizar os serviços no prazo definido neste instrumento;
- 12.36. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços;
- 12.37. Manter em sua sede plantão 24 (vinte e quatro) horas por dia, com aparelho telefônico fixo ou móvel e disponibilidade de internet;

- 12.38. Indicar preposto, se for o caso, para acompanhar a execução do contrato, aferir os serviços, bem como tomar decisões compatíveis com o objeto contratado, o qual deverá responder junto à equipe de fiscalização da CONTRATANTE;
- 12.39. Disponibilizar os veículos descritos no Anexo I, no horário requisitado pela CONTRATANTE, para a execução dos serviços;
- 12.40. Manter os meios de comunicação (telefone fixo, telefone celular e e-mail) suficientes e disponíveis, 24 horas por dia, para o atendimento das solicitações deste Ministério, evitando assim dificuldades ou atrasos na prestação dos serviços;
- 12.41. Disponibilizar os veículos nas condições necessárias para o cumprimento das especificações do presente Termo de Referência;
- 12.42. Utilizar motoristas treinados, preparados e de bom nível educacional e moral;
- 12.43. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos veículos e/ou motoristas, no prazo fixado pela fiscalização técnica do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.44. Responsabilizar-se por todas as despesas com seus funcionários, inclusive as relativas a acidentes, multas de trânsito, horas extras, transporte, franquias de seguro e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer dessas ocorrências;
- 12.45. Em caso de ocorrência, envolvendo o veículo locado e/ou o condutor, deve-se consignar no respectivo termo que **o veículo é objeto de contrato de locação (para transporte de servidores em serviço)** e que o condutor não possui qualquer tipo de vínculo empregatício com a Administração Pública;
- 12.46. Responsabilizar-se por qualquer acidente que venham a sofrer seus funcionários quando em serviço, a título de dolo ou culpa, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;
- 12.47. Arcar com todas as despesas, encargos legais e tributos decorrentes da locação ou em razão dela, inclusive pagamento de salários, vantagens, horas-extras, benefícios diretos e indiretos e outros de interesse dos seus empregados;
- 12.48. Arcar com as despesas relativas a emplacamento, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas, combustível, troca de óleo e demais suprimentos, bem como de lavagem de veículos, necessários ao fiel cumprimento do objeto dos contratos;
- 12.49. Manter a regulação dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente;
- 12.50. Responsabilizar-se pelo ressarcimento quanto aos prejuízos decorrentes de condenação ou imposição de obrigação/indenização administrativa, civil, criminal, ou ainda afetas ao cumprimento integral do objeto contratado.
- 12.51. Adotar todas as providências necessárias ao socorro às vítimas, em caso de acidente, e informar imediatamente à CONTRATANTE;
- 12.52. Arcar com todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, cuja inadimplência não se transfere à CONTRATANTE;
- 12.53. Assumir todas as demais responsabilidades de tráfego que não forem objeto de ressarcimento por parte da CONTRATANTE, à exceção das tarifas de pedágios;
- 12.54. Apresentar somente comprovantes discriminados de forma detalhada, não sendo aceitas definições como "despesas diversas", "outras despesas" e similares;
- 12.55. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e prevenção de acidentes;
- 12.56. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados;
- 12.57. Responder por danos e desaparecimento de bens móveis e avarias que venham a ser causados por seus empregados ou prepostos à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade;
- 12.58. Informar, tempestivamente, quais os meios de comunicação efetivos (aparelho celular ou similar) para que a fiscalização técnica e/ou usuário(s) possam entrar em contato com o motorista;
- 12.59. Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho;
- 12.60. Substituir, no prazo máximo de até 03 (três) horas o veículo de sua propriedade que vier a se acidentar ou que apresentar defeito mecânico;
- 12.61. Atualizar, obrigatoriamente, os documentos junto à CONTRATANTE quando houver troca de qualquer veículo ou motorista;
- 12.62. Informar e atualizar, imediata e obrigatoriamente, os documentos junto à CONTRATANTE quando houver alteração de endereço, representante legal ou demais eventos que devam ser objeto de aditivos/apostilamentos contratuais;
- 12.63. Se for o caso, valer-se do transporte de táxi, às suas expensas, para conclusão do deslocamento, na impossibilidade de finalização do deslocamento em veículo previamente acordado, por motivos totalmente alheios à eventual culpa ou dolo da CONTRATANTE;
- 12.64. Atender as solicitações de esclarecimentos ou apresentação de documentos, provenientes da equipe de fiscalização da CONTRATANTE, nas hipóteses de verificação de irregularidade documental ou diante da necessidade de ser atestada a habilitação dos motoristas, bem como a compatibilidade dos veículos às especificações constantes do Anexo I deste Termo de Referência;

- 12.65. Informar à CONTRATANTE qualquer defeito que ocorrer com o cabo do velocímetro, com seus lacres ou com o hodômetro;
- 12.66. Comunicar à fiscalização técnica da CONTRATANTE, conforme o caso requeira, sobre fatos como obras e/ou impedimentos temporários e mudanças no sentido de tráfego, que impliquem na alteração de itinerários e horários;
- 12.67. Manter-se adimplente junto às sublocadoras, de forma a evitar qualquer tipo de interrupção do serviço ou constrangimentos ao servidor em viagem por possível falta de pagamento;
- 12.68. Fornecer veículo de categoria superior, sendo mantido o valor do veículo solicitado, sempre que não houver disponibilidade do veículo requisitado;
- 12.69. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata;
- 12.70. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% do valor estimado para as capitais/regiões metropolitanas e de 70% do valor estimado para as demais localidades, nas seguintes condições:
- 13.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;
- 13.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar previamente, quando da assinatura do contrato, a relação das empresas a serem subcontratadas. Nesse contexto, a CONTRATADA poderá igualmente solicitar a substituição, inclusão ou exclusão de empresas constantes da referida relação, desde que devidamente justificado;
- 13.1.3. Devem ser mantidos todos os critérios e condições estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato;
- 13.1.4. As empresas a serem subcontratadas devem estar regulares junto ao Governo Federal.
- 13.1.5. O limite para subcontratação é de 30% do valor estimado para as capitais/regiões metropolitanas e de 70% do valor estimado para as demais localidades. Tais limites estabelecidos devem-se à amplitude regional da prestação do serviço, uma vez que deve abranger tanto as capitais e regiões metropolitanas quanto as regiões remotas que, neste último caso, muitas vezes carecem de estruturas e grandes empresas. Dessa forma, garante-se que a CONTRATADA poderá recorrer a outras empresas para garantir o pleno atendimento das atividades do Ministério, seja em atendimento ao cumprimento de agendas oficiais ou atendimento a situações de desastres/calamidades em regiões mais afastadas.
- 13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 13.4. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, nos percentuais mínimo de 30% e máximo de 70%, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:
- 13.4.1. as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;
- 13.4.2. no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
- 13.4.3. a empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- 13.4.4. a empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 13.4.5. a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:
- 13.4.5.1. microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 13.4.5.2. consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993; e
- 13.4.5.3. consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.
- 13.4.6. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.
- 13.4.7. São vedadas:
- 13.4.7.1. a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas:

13.4.7.2. O limite para subcontratação é de 30% do valor estimado para as capitais/regiões metropolitanas e de 70% do valor estimado para as demais localidades. Tais limites estabelecidos devem-se à amplitude regional da prestação do serviço, uma vez que deve abranger tanto as capitais e regiões metropolitanas quanto as regiões remotas que, neste último caso, muitas vezes carecem de estruturas e grandes empresas. Dessa forma, garante-se que a CONTRATADA poderá recorrer a outras empresas para garantir o pleno atendimento das atividades do Ministério, seja em atendimento ao cumprimento de agendas oficiais ou atendimento a situações de desastres/calamidades em regiões mais afastadas.

13.4.7.3. a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

13.4.7.4. a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.13.1. Verificar a regularidade documental da empresa contratada quando da instrução dos processos de pagamento ou quando se achar necessário;

15.13.2. Quando cabível, notificar a empresa contratada para que apresente esclarecimentos e/ou documentos a respeito de qualquer fato ou circunstância considerados relevantes para a adequada execução do objeto contratual;

15.13.3. Verificar se os carros disponibilizados pela empresa contratada estão seguindo os padrões pactuados;

15.13.4. Atentar-se para as observações eventualmente registradas pelos usuários nos Boletins de Tráfego a respeito de quaisquer ocorrências que sejam relevantes para o resguardo da correta e adequada prestação dos serviços.

15.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1. os serviços serão executados e medidos mediante o somatório das Ordens de Serviços expedidas pela Fiscalização;

16.2.2. o procedimento de avaliação dos serviços deverá ser realizado periodicamente pela fiscalização do contrato, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados, que poderão ser realizados de forma eletrônica, salvados/anexados no processo mãe;

16.2.3. a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, ocorrerá quando a Contratada não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.3.1. não produziu os resultados acordados;

16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.4. Durante a execução contratual, deverão ser observadas as metodologias de avaliação da execução dos serviços:

Instrumento de Medição de Resultado - IMR:

Item	Ocorrências	Pontuação
1	Atraso na execução dos serviços superior aos prazos estipulados no Termo de Referência (disponibilização dos veículos)	3
2	Entrega do serviço mal executado, totalmente ou em parte.	2
3	Não substituição do veículo eventualmente danificado e/ou com problemas mecânicos em geral, no prazo especificado.	3
4	Não utilização de veículos em conformidade com as especificações pactuadas, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.	1

Mensuração:

Pontuação	Correspondência
1	Glosa de 0,5% sobre o valor da fatura por serviço
2	

	Glosa de 1,0% sobre o valor da fatura por serviço
3	Glosa de 3,0% sobre o valor da fatura por serviço

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 dias, contatos do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.5.1. O prazo de validade;
- 18.5.2. A data de emissão;
- 18.5.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.5.4. O período de prestação dos serviços;
- 18.5.5. O valor a pagar; e
- 18.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas sanadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018
- 18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:
- EM = $I \times N \times VP$, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

19. REAJUSTE

- 19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento)

20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria

20.10. Será considerada extinta a garantia:

20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. fraudar na execução do contrato;

21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de:**

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 21.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato

5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
---	--

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por veículo;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar motorista do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por motorista e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
7	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
8	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
9	Deixar de apresentar documentação dos veículos e/ou motoristas, quando solicitado pelo órgão fiscalizador, por solicitação.	04

10	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
11	Fornecer veículos em conformidade com as especificações pactuadas, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, por dia.	03

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº: 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

22.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

22.3.1.2. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

22.3.1.3. Serão aceitos para a comprovação do quantitativo comprovação quanto aos critérios de quantidade e/ou categoria e/ou quilometragem e/ou franquia.

22.3.1.4. Para fins de comprovação da qualificação técnica e experiência, a empresa deverá apresentar atestados de capacidade técnica cuja soma demonstrem a prestação anterior de pelo menos 50% dos quantitativos da pretensa contratação e dos tipos de veículos exigidos neste Termo de Referência.

22.3.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

- 22.3.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;
- 22.3.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 22.3.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 22.4.1. Valor Global: R\$ 1.837.335,36 (um milhão, oitocentos e trinta e sete mil trezentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos).
- 22.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital e conforme item 1.1 deste Termo de Referência.
- 22.5. O critérios de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 22.6. As regras de desempate entre as propostas são as discriminadas no edital.
- 23. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 23.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 1.837.335,36 (um milhão, oitocentos e trinta e sete mil trezentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos).
- 24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- Gestão/Unidade: (530001/00001 - MDR/SE/SAD/ADMINISTRACAO GERAL);
- Fonte de Recursos: (0100);
- Programa de Trabalho: (04.122.0032.2000.0001);
- Elemento de Despesa: (33.90.33);
- Plano Interno: (AdmcgsI);
- Nota de Dotação: 2022ND000676 (3924175).
- 25. ANEXOS**
- 25.1. Estudos Preliminares ETP Digital (3926691);
- 25.2. Anexo I - Planilha de Composição de Preços (3920556);
- 25.3. Anexo II - Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública (3920601);
- 25.4. Anexo III - Boletim Diário de Tráfego (3920587);
- 25.5. Anexo IV - Documento Para Indicação do Preposto da Contratada (3920626);
- 25.6. Anexo V - Instrumento de Medição e Resultado (3928017).

Brasília, 22 de setembro de 2022.

Respeitosamente,

FRANCISCO CINTRA BARBOSA

Analista Técnico-Administrativo

Equipe de Planejamento

Portaria Nº 2580, de 16 de agosto de 2022 (3895984)

FRANCISCO ALMIR RAPHAEL DE SOUSA MONTEIRO

Chefe do Serviço de Transportes
Equipe de Planejamento
Portaria Nº 2580, de 16 de agosto de 2022 (3895984)

De acordo,

À Coordenação de Infraestrutura, conforme proposto.

CAIO MANOEL DE OLIVEIRA FABIANO
Chefe Substituto da Divisão de Gestão Operacional

De acordo,

À Coordenação-Geral de Suporte Logístico, propondo posterior encaminhamento deste Termo de Referência e seus anexos, além dos Estudos Preliminares ETP Digital nº 23/2022 (3926691), à Diretoria de Administração, para aprovação.

MÍRIAM LIMA DOS SANTOS
Coordenadora de Infraestrutura

De acordo,

À Diretoria de Administração para prosseguimento, conforme proposto.

RENATO POPOV DOS SANTOS
Coordenador-Geral de Suporte Logístico
Equipe de Planejamento
Portaria Nº 2580, de 16 de agosto de 2022 (3895984)

APROVO este Termo de Referência e os Estudos Preliminares ETP Digital nº 23/2022 (3926691), cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação eventual de veículos (transporte de servidores em serviço), com fornecimento de motorista devidamente habilitado, combustível e seguro total, para atender as necessidades do Ministério do Desenvolvimento Regional nos serviços de suporte às atividades de sua sede em Brasília/DF, no âmbito da Região Nordeste, de forma continuada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

ALEXANDRE WESSNER KAPPER
Diretor de Administração
Setor Requisitante (3893418)



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Cintra Barbosa, Analista Técnico(a) Administrativo**, em 23/09/2022, às 17:22, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Almir Raphaelo de Sousa Monteiro, Chefe de Serviço de Transportes**, em 23/09/2022, às 17:27, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Lima Dos Santos, Coordenador(a) de Infraestrutura**, em 23/09/2022, às 17:33, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Wessner Kapper, Diretor(a) de Administração**, em 23/09/2022, às 17:35, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Popov dos Santos, Coordenador Geral de Suporte Logístico**, em 26/09/2022, às 07:31, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Caio Manoel de Oliveira Fabiano, Fiscal de Contrato - Técnico**, em 26/09/2022, às 10:14, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3951615** e o código CRC **3D07DB85**.